



**Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

Relatório Final de Estágio de Pós-Doutorado

Estagiário: Prof. Dr. Jailson Alves dos Santos

Área: Trabalho e Educação

Período: De 15 de julho de 2015 até 15 de julho de 2016

Coordenador: Prof. Dr. José Rodrigues

Introdução

Este Relatório tem o objetivo de apresentar as atividades desenvolvidas durante o meu estágio pós-doutoral realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, cuja coordenação e o período estão citados anteriormente.

A pesquisa tomou por base o estudo definido no projeto *“Os Egressos da Rede Pública de Ensino nos Cursos Técnicos do Instituto Federal Fluminense: A dualidade estrutural e os entraves para o desenvolvimento da região norte fluminense”*, desenvolvido com base na análise dos dados estatísticos num confronto com a concepção político-pedagógica que naquela conjuntura fundamentava o processo de formação profissional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, no sentido de mostrar até que ponto os resultados previstos para as políticas de educação profissional que estavam sendo implantadas na conjuntura que se inicia na primeira década do Século XXI, pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, estavam sendo (in)compatíveis com a concepção político-pedagógica definida para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em particular nas unidades situadas na Região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, as quais estavam inserindo no seu corpo discente alunos oriundos das redes públicas locais com baixo desempenho escolar.

A iniciativa de realizar o estágio pós-doutoral teve a finalidade de aprofundar os conhecimentos teóricos que envolviam a política de ampliação da Rede Federal de

Educação Profissional Científica e Tecnológica, criada no segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como estabelecer os nexos da formação profissional de nível técnico com os processos de desenvolvimento, numa região que naquele momento se constituía numa fonte de geração de emprego, na medida em que se tratava do maior espaço geográfico de produção de petrolífera do país.

I. Plano de Atividades e o Desenvolvimento das Atividades de Pesquisa

O Plano de Atividades orientado pelo coordenador do estágio pós-doutoral levou em consideração os dois eixos norteadores do projeto de pesquisa: a política desenvolvimentista implantada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que na literatura sobre o tema aparece com a denominação de *neodesenvolvimentismo*, e; as bases teórico-metodológicas que fundamentaram a expansão da educação profissional no país no âmbito das instituições administradas pelo Ministério da Educação.

Neste sentido, adotamos inicialmente uma linha de trabalho que viesse a dar conta do entendimento do processo histórico da formação da Região Norte Fluminense. Para tal, tomamos por base o trabalho Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense, organizado por Carvalho e Totti (2006).

Para compreender a forma como se desenvolveu a indústria petrolífera e os seus impactos econômicos e sociais na região em questão, utilizamos os estudos produzidos por Piquet e Serra (2007) – Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância – e Piquet (2010) Petróleo, Royalties e Região.

Com relação à ideologia neodesenvolvimentista conseguimos debater, do ponto de vista teórico, com base na literatura sobre o tema, produzida em nível nacional, realizamos alguns estudos e debates, que metodologicamente, obedeceram a critérios de modo a fundamentar teoricamente a nossa pesquisa.

Assim sendo utilizamos vários textos produzidos por autores que utilizam a linha crítica com base em Marx, e de autores filiados a correntes marxistas, para debater sobre a perspectiva neodesenvolvimentista que estava sendo aplicada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva naquele contexto. Neste sentido, utilizamos o trabalho organizado por Castelo (2010) – Encruzilhadas da América Latina no Século XXI – e o trabalho de Mota (2012) – Desenvolvimentismo e Construção da Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade.

Para entender as bases do neodesenvolvimentismo adotado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, que do nosso ponto de vista, tentou utilizar uma política conciliatória entre Estado e mercado, já que lançou mão do primeiro para fazer a concessão de alguns benefícios para as classes desfavorecidas da sociedade brasileira, mas não abriu mão de continuar concedendo benefícios para os senhores do mercado.

Esta nova concepção de desenvolvimento, segundo a nossa percepção, se baseia na perspectiva do Economista indiano Amartya Sen, que em 2010 produziu o trabalho *Desenvolvimento como Liberdade*, e em 1998 ganhou o Prêmio Nobel de Economia. Sua visão era a de que era possível conjugar crescimento econômico capitalista e a satisfação das necessidades sociais, base que sustentou a tese do neodesenvolvimentismo durante o período governado pelo Partido dos Trabalhadores.

Mas, um dos grandes artífices do projeto neodesenvolvimentista que viria influenciar os quadros que formulavam o projeto econômico do Partido dos Trabalhadores (PT) foi Bresser-Pereira, que, enquanto intelectual orgânico na acepção gramsciana do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), teve papel destacado na gestão de Fernando Henrique Cardoso, na qual ocupou o cargo de Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE).

Pela natureza do nosso trabalho, não nos cabe neste Relatório tecer comentários mais aprofundados sobre a trajetória de Bresser-Pereira no MARE, mas sim a forma pela qual esse intelectual transitou do PSDB para inspirar o governo petista na aplicação das bases neodesenvolvimentista no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

Tomando por base a concepção gramsciana Bresser-Pereira utilizou os *aparelhos privados de hegemonia*¹ no sentido de construir na sociedade brasileira o consenso em torno das ideias neodesenvolvimentista no país.

Assim é que no artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, em 19 de setembro de 2004, sob o título *o Novo Desenvolvimentismo*, Bresser-Pereira dava uma espécie de arrancada inicial no sentido de introduzir o pensamento neodesenvolvimentista no país. Nesse trabalho o autor se fundamenta, inicialmente, na concepção do empresário Antonio Ermírio de Moraes, o qual afirmava naquele contexto que *estava na hora de o Brasil ter um plano de desenvolvimento como foi o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek*.

¹ Aparelhos Privados de Hegemonia, segundo Gramsci, são instituições da sociedade civil voltadas para construir consensos na sociedade em torno de um pensamento, e dessa forma tornar hegemônico uma dada visão de mundo sobre as demais. (Gramsci, 2000).

Obviamente, o que estava em jogo naquele momento era buscar um novo modelo de política econômica no país, de modo a compensar o fracasso da *ortodoxia convencional*, conceito utilizado pelo autor em questão, que em outras palavras significava substituir o neoliberalismo por um novo desenvolvimentismo.

Realizei um estudo com base no trabalho organizado por Boito Jr. e Galvão (2012), cujo teor analisa as políticas econômica e social dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Na produção acima referida o autor Boito Jr. (2012, p. 67) afirma que no âmbito dos anos 2000 o Brasil assistiu a ascensão política de uma nova burguesia nacional, que se colocou no interior do bloco de poder existente no Estado brasileiro. Nesta análise o referido autor se fundamenta no conceito de *burguesia interna* definido por Poulantzas (1978)².

Assim sendo, segundo o autor, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva fez retornar à cena destacada no Estado a burguesia nacional, que ao ocupar um espaço de relevo, se constituiu na expressão do projeto econômico do governo petista, o qual se sintetiza na relação de representação política entre os atores acima citados — poder do estado e a grande burguesia interna — no sentido de consolidar o referido projeto que pode ser denominado como o neodesenvolvimentismo.

Um outro campo de análise que utilizamos durante o estágio pós-doutoral, com a finalidade de fundamentar o objeto de estudo da pesquisa, foi o que tratava da relação entre o neodesenvolvimentismo e as políticas de educação implantadas durante a vigência dos governos petistas.

O trabalho de Machado (2013, p.86) mostrou que no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva se evidenciou uma agenda clara de política social no interior do pacto neodesenvolvimentista, estabelecido entre o Estado e a sociedade brasileira, baseado no discurso de combate à pobreza e de incorporação dos setores excluídos à vida do país. Este pacto, de um lado procurou implantar medidas redistributivas de modo a incluir amplos setores da população no consumo das políticas sociais, denominado pela autora de *inclusão social via consumo de massa*, e por outro a conformação de políticas sociais como elemento fundamental do crescimento econômico.

² Nico Poulantzas, autor de origem grega, que se exilou na França onde herdou a visão marxista fundamentada em Louis Althusser, de quem havia sido aluno na década de 50. Em 1978 teve a reedição da sua obra *As Classes Sociais no Capitalismo Contemporâneo*.

É neste segundo aspecto que se inserem as políticas educacionais definidas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)³, em que um dos seus princípios fundamentais era o de propiciar a construção da autonomia, a inclusão e o respeito à diversidade, sendo que um dos seus eixos norteadores estava centrado na educação profissional.

Partindo dos parâmetros, concluímos que a política neodesenvolvimentista naquela conjuntura passou a priorizar os gastos sociais, que segundo Machado (2013, p.87) se constituiu na estratégia de recomposição e de acumulação de capital, em âmbito nacional.

Neste sentido, assistimos no Brasil as políticas expansionistas no âmbito da educação pública, em particular voltadas para os setores que estavam sob a responsabilidade direta do Governo da União, e que eram administradas pelo Ministério da Educação (MEC), fato que ficou explícito na expansão do Ensino Superior e da Educação Profissional.

No estágio de pós-doutoral procuramos analisar o material empírico elaborado pelo Ministério da Educação, com a finalidade de analisar os fundamentos que sustentaram a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPT), durante o governo do Partido dos Trabalhadores.

Constatamos que ao concentrar esforços para que o Estado, no período 2003-2010, viesse a concretizar uma política pública capaz de promover a qualificação e a formação da força de trabalho, fator considerado como sendo um dos principais entraves ao projeto de interiorização do desenvolvimento econômico do país, o Governo Lula estava seguindo as diretrizes expressas no Plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007), cujo objetivo foi construir um instrumento de planejamento governamental capaz de estabelecer as estratégias necessárias para solucionar o histórico problema das desigualdades regionais existentes no país.

É dentro deste panorama que o MEC, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) iniciou a ampliação em larga escala da RFEPT, obedecendo a um programa que se realizou em três fases: a primeira, se realizou no período 2005 a 2007, no qual foram construídas 64 unidades; a segunda no triênio 2007 a 2010, em que foram inauguradas 150 novas escolas, e; a terceira fase, já no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, no qual há a previsão de instalar 208 novas unidades de educação profissional, vinculadas à RFEPT.

³ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, em 27 de abril de 2007.

Cabe ressaltar que nas três fases definidas para a expansão da RFEPT, compreendidas entre 2005 e 2014, a intenção é a de que até o final de 2014 o país tenha 562 campi, incorporados à rede, distribuídos territorialmente em 27 unidades da federação, com abrangência em 515 municípios, com prioridade nas cidades do interior do Brasil⁴

No que se refere ao aparato legal para dar suporte à política de expansão, no mesmo dia em que foi lançado o PDE, em 24 de abril de 2007, o Governo Lula baixou o Decreto 6.095/2007, que estabelecia as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no âmbito da RFEPT, sendo que este instrumento serviu de parâmetro para que o Poder Executivo naquela conjuntura enviasse à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.775 de 23 de julho de 2008, que após cinco meses de tramitação no Congresso Nacional foi convertido na Lei 11.892, aprovada em 29 de dezembro de 2008.

A aprovação deste dispositivo, que passou a vigorar em 2009, propiciou a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, os quais, de acordo com o artigo 2º, parágrafo 1º, foram equiparados às universidades federais, inclusive no que se refere às suas estruturas organizacionais, conforme estabelece o artigo 9º da referida lei.

Assim sendo, a arquitetura dos institutos federais se formou a partir da incorporação dos centros federais de educação tecnológica (CEFETs), incluindo, obviamente, as suas respectivas unidades descentralizadas, as escolas técnicas (ETs), as escolas agrotécnicas federais (EAFs) e as escolas de formação de técnicos de nível médio vinculadas às universidades federais.

Tal fato propiciou a organização de cada um dos 38 institutos criados baseada numa estrutura multicampi, com uma sede para o funcionamento da reitoria e das pró-reitorias, com orçamento individualizado para cada campus, conforme estabelece a Lei 11.892/08, e passaram a detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

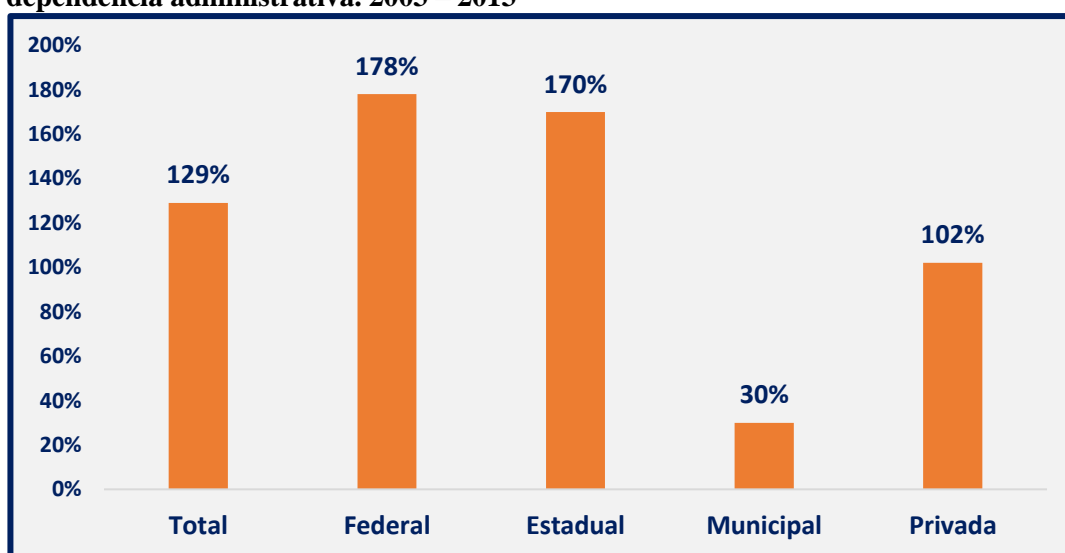
No período 2009-2013 a dotação orçamentária dos 38 institutos federais variou de R\$ 47,14 milhões para R\$ 930,81 milhões, em valores correntes no ano de 2013, mostrando dessa maneira que na escala de prioridades da gestão petista estava um dos

⁴ A esse respeito ver SETEC (2013).

eixos da política neodesenvolvimentista, expressa pelo aumento dos gastos sociais, como vimos anteriormente.

A exemplo do que ocorreu com a dotação orçamentária, constatamos que as matrículas da educação profissional tiveram um crescimento considerável. Se levarmos em conta os dados do Censo da Educação Básica, constata-se que no período de 2003 a 2013 o número de alunos matriculados na educação profissional da rede federal aumentou 178%, conforme mostra o gráfico 1 a seguir. Comparando este dado com as demais dependências administrativas verifica-se que nesta década foi a rede federal quem mais cresceu, o que pode ser atribuído à política de expansão, analisada nas seções anteriores.

Gráfico 1: Taxa de crescimento das matrículas na educação profissional, por dependência administrativa. 2003 – 2013*



* Elaborado pelo autor a partir dos Censos da Educação Básica dos anos de 2012 e 2013

A partir das mudanças que se efetivaram na RFEPT, fizemos um estudo no sentido de compreender a forma pela qual passou a ser organizado o Instituto Federal Fluminense, a partir da integração de várias instituições federais de educação profissional existentes na Região Norte Fluminense (RNF).

A formação do Instituto Federal Fluminense se deu a partir da integração entre o então CEFET de Campos, que, além da escola situada na cidade de Campos dos Goytacazes, possuía as unidades descentralizadas localizadas em Macaé e São João da Barra, e o Colégio Técnico Agrícola Ildefonso Bastos Borges (CTAIBB)⁵, instalado na

⁵ A integração entre essas duas instituições — CATAIBB e CEFET-Campos — se efetivou em 1º de março de 2008, quando a comunidade do CETAIBB decidiu em assembleia desvincular-se da Universidade Federal Fluminense, para compor o IFF, que já nasceu com seis unidades.

cidade de Bom Jesus de Itabapoana, deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF).

No momento em que finalizamos o texto deste Relatório o IFF contava com um total de dez campi em pleno funcionamento, e três em construção, que terão como sedes as cidades de Santo Antonio de Pádua, Maricá e Itaboraí, sendo que a maior parte dos campi que formam o conjunto das unidades constitutivas do IFF está localizada no município de Campos dos Goytacazes, onde existem três unidades em funcionamento, das quais uma delas foi criada em 2007 com o objetivo de possibilitar o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental do IFF, conforme mostram os dados apresentados na tabela 1 a seguir.

Tabela 1: Distribuição dos campi do IFF por mesorregião, município e ano de início das atividades de cada campus

Mesorregião	Campus	Município	Ano do Início das Atividades
Norte Fluminense	Campos - Centro	Campos	1909
	Guarus - Campos	Campos	2006
	Unidade de Pesquisa e Extensão Agro-Ambiental*	Campos	2007
	Macaé	Macaé	1993
	Quissamã	Quissamã	2006
	São João da Barra	São João da Barra	2002
Noroeste Fluminense	Bom Jesus de Itabapoana	Bom Jesus de Itabapoana	1970
	Itaperuna	Itaperuna	2009
	Cambuci	Cambuci	2014
	Santo Antonio de Pádua	Santo Antonio de Pádua	Em construção
Baixas Litorâneas	Cabo Frio	Cabo Frio	2009
Metropolitana	Maricá	Maricá	Em construção
	Itaboraí	Itaboraí	Em construção

***Esta unidade é utilizada exclusivamente para desenvolver atividades de pesquisas vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental.**

II. Participação em Eventos Científicos

Particpei, juntamente com o Professor Dr. José Rodrigues, em mesa redonda, no evento *Marx e Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*, realizado na Universidade Federal Fluminense, em agosto de 2015, promovido pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX).

Neste evento debatemos para o conjunto dos participantes ali presentes o trabalho *Contradições na Trajetória Histórica da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*.

III. Publicações

Durante o período do estágio de pós-doutor produzi três trabalhos que foram convertidos em publicações, conforme descritos a seguir:

1. RODRIGUES, José e SANTOS, Jailson dos. *Contradições na Trajetória Histórica da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) Anais do Marx e o Marxismo 2015. Niterói/RJ, <http://www.niepmarx.blog.br/MM2018/anteriores/anais2015.htm> Acesso na Internet em 16 de julho de 2016.
2. RODRIGUES, José e SANTOS, Jailson dos. (Des)Caminhos da Política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: contradições na trajetória histórica. *Revista Marx e o Marxismo*. Niterói/RJ, V.3 n.4, pp. 88-111, jan/jun. 2015.
3. SANTOS, Jailson dos. Política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? In: Frigotto, Gaudêncio (Org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o Ensino Médio Integrado e o Projeto Societário de Desenvolvimento*. LPP/UERJ, no prelo.

O primeiro trabalho foi apresentado no Seminário organizado pelo NIEP-MARX, realizado em 2015, na cidade de Niterói. O segundo, faz parte dos debates promovidos nas reuniões que participei com o Coordenador do estágio de pós-doutor, os quais

apresentavam temáticas sobre a expansão da educação profissional no contexto da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, em que se procurava promover a crítica a esta política pública, com base nas teorias marxistas. O terceiro, convertido em capítulo do livro Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: Relação com o Ensino Médio Integrado e o Projeto Societário de Desenvolvimento, organizado por Gaudêncio Frigotto, ora no prelo, faz parte de uma apresentação que fiz no Seminário de Pesquisa do Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História Educação e Saúde, realizado em setembro de 2015 no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana coordenado pelo Professor Gaudêncio Frigotto.

IV. Avaliação Global do Trabalho

Esta avaliação será feita a partir de dois eixos: o primeiro, o mais importante, vai tratar, de forma sucinta, a contribuição deste estágio no meu enriquecimento intelectual, e; o segundo, vai avaliar as condições institucionais em que realizei o estágio de pós-doutor.

Com relação ao primeiro eixo, posso afirmar que as leituras e os debates que realizei juntamente com o coordenador do estágio muito me enriqueceram na compreensão e na análise das políticas públicas que foram implantadas na gestão do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, particularmente as que estavam voltadas para a expansão da educação profissional, desenvolvida através da RFEPT.

Destaco aqui estudos que fiz sobre o neodesenvolvimentismo, categoria que representa a concepção de política econômica, que teve início no segundo mandato do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que inspirou a política de expansão da formação profissional em larga escala.

Segundo Alves (2014), a concepção neodesenvolvimentista se constitui num novo modo do desenvolvimento capitalista, apoiado numa frente política formada pela burguesia interna, composta por empreiteiras de grande porte como é o caso da OAS, Odebrecht, Camargo Correia, dentre outras, setores da produção industrial, com destaque para a Friboi, Brazil Foods, Vale, Gerdau, Votorantim e o agronegócio exportador, que foram altamente beneficiados pelo forte aumento das exportações. Esses grupos receberam enormes benefícios do Estado brasileiro, através da política de financiamento promovida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

Portanto, estudos com base neste autor, como os citados anteriormente, contribuíram na perspectiva de estabelecer relações entre a expansão da RFEPT na Região Norte Fluminense e o processo de desenvolvimento daquele espaço geográfico.

As condições institucionais atenderam aos requisitos mínimos para que eu pudesse desenvolver o estágio de pós-doutor, na medida em que, como residente próximo à Cidade de Niterói utilizava a Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) apenas nas ocasiões em que as reuniões e os debates com o Coordenador do estágio eram realizados, e dessa forma não necessitei de utilizar a infraestrutura da UFF.

Bibliografia

ALVES, Giovanni. Mal-Estar do Neodesenvolvimentismo. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>

Acesso na Internet em 15 de novembro de 2015.

BOITO Jr. Armando. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: Boito Jr. e Galvão (orgs.) Política e Classes Sociais no Brasil dos Anos 2000. São Paulo: Alameda, 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial. Brasília/DF: Ministério do Planejamento, 2003.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. Decreto 6.095/2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília/DF, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6095.htm Acesso na Internet em 15 de agosto de 2015.

BRASIL. Presidência da República/Casa Civil. Lei 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnológica. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm Acesso na Internet em 04 de novembro de 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação: Razões, princípios e programas. Brasília/DF, <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf> Acesso na Internet em 18 de agosto de 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica: resumo técnico-2012. Brasília/DF: INEP, 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Novo Desenvolvimentismo. Jornal Folha de São Paulo. 19 set. 2004.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere (5 Vols.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MACHADO, Pfeifer Mariana. O Pacto Neodesenvolvimentista e as Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil (2003-2013). Universidade Federal do Paraná. Curitiba/PR: Tese de Doutorado, 2013.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.